

## PROCESSO SELETIVO N° 01/2022

### PROVA ESCRITA – QUESTÕES DISSERTATIVAS

Questão 1 - Segundo Januzzi (2006) foi-se o tempo em que gestores públicos podiam divulgar suas ações sem aferir o impacto perante a população. Atualmente, é mandatório apresentar indicadores de referência, de desempenho e de resultados para divulgar ações públicas. Diante da crescente relevância dos indicadores para se pensar a mobilidade em espaços urbanos, discorra sobre as propriedades desejáveis dos mesmos.

Propriedades desejáveis	
Relevância Social	Inteligibilidade de sua construção
Validade	Comunicabilidade
Confiabilidade	Facilidade para obtenção
Cobertura	Periodicidade na atualização
Sensibilidade	Desagregabilidade
Especificidade	Historicidade

Idealmente, procura-se empregar sempre indicadores de boa cobertura espacial ou populacional, que sejam representativos da realidade empírica em análise. Esta é uma das características interessantes dos indicadores sociais produzidos a partir dos Censos Demográficos, e o que os torna tão importantes para o planejamento público no país. Mas mesmo indicadores de cobertura parcial podem ser úteis. Os indicadores de mercado de trabalho construídos a partir das bases de dados administrativos do Ministério do Trabalho, por exemplo, não retratam a dinâmica conjuntural do mercado de trabalho brasileiro, já que se referem apenas ao mercado de trabalho formal. Ainda assim, estes indicadores aportam conhecimento relevante acerca da dinâmica conjuntural da economia e do emprego, em especial em âmbito micro-regional. Em outras áreas, como a da Justiça e Segurança Pública, os problemas de cobertura efetiva dos eventos ocorridos ainda são bastante expressivos, dificultando a construção e uso de indicadores para comparação intertemporal e inter-regional.

A sensibilidade de um indicador diz respeito a sua capacidade em refletir mudanças significativas se as condições que afetam a dimensão social referida se alteram. É, pois, uma propriedade que está intimamente relacionada à validade e confiabilidade do Indicador Social. No caso, por exemplo, de avaliação do impacto de um programa de erradicação de doenças específicas em uma dada região,

a taxa de morbidade específica das doenças combatidas é certamente mais sensível que a taxa de mortalidade por estas mesmas causas. Há que se verificar, contudo, qual destes indicadores é mais confiável.

60 Especificidade do indicador corresponde a sua propriedade em refletir alterações estritamente ligadas às mudanças relacionadas à dimensão social de interesse. Esta propriedade depende do grau de consistência interna existente entre suas dimensões e variáveis constitutivas, isto é, diz respeito ao grau de associação existente entre as estatísticas sociais usadas em sua construção. Ela é particularmente importante para os chamados Índices ou Indicadores Sociais compostos, como o Índice de Desenvolvimento Humano, Índice de Qualidade de Vida etc., que são computados a partir da combinação de vários Indicadores Sociais mais simples. Se os indicadores constitutivos têm baixa associação entre si, o indicador composto pode não ser específico o suficiente para mostrar variações na direção esperada, comprometendo sua validade. Deve-se estar atento, pois, que, ao contrário do que se imagina, a combinação de vários indicadores em um só não produz, necessariamente, uma medida social de maior validade, confiabilidade, sensibilidade e especificidade. Pode ser preferível dispor-se de um indicador parcial, sabidamente limitado, mas do qual se pode intuir claramente seu significado, do que uma medida composta, com significado abstrato demais para ter pronta e clara identificação empírica com a realidade social.

70 A inteligibilidade é outro atributo extremamente relevante na construção dos indicadores sociais. A inteligibilidade diz respeito à transparência da metodologia de construção do indicador. Ademais, um bom indicador deveria ser, tanto quanto possível, facilmente "comunicável", compreensível aos demais. Estes aspectos são tão mais importantes quanto mais voltados à formulação de políticas. Afinal, a decisão política sobre o conteúdo dos programas e formas de alocação de recursos públicos só pode ser legitimar tecnicamente (ou mostrar-se claramente ilegítima) se os agentes envolvidos podem entender os critérios objetivos usados, ainda que não concordem com os mesmos. A inteligibilidade do indicador é necessária, pois, para garantir a transparência e comunicabilidade no uso programático do mesmo.

A periodicidade com que o indicador pode ser atualizado e a factibilidade de sua obtenção a custos módicos são outros aspectos cruciais na construção e seleção de indicadores sociais para uma dada temática. Para que se possa acompanhar a mudança social, avaliar o efeito de programas sociais implementados, corrigir eventuais distorções de implementação é necessário que se disponha de indicadores levantados com certa regularidade. É preciso avaliar se a periodicidade com que as estatísticas sociais que o constituem são produzidas tornam factível o emprego do indicador para os propósitos previstos. Além disso, o custo e tempo para obtenção do indicador têm que ser compatíveis com as necessidades e usos que se faz do mesmo.

Também é preciso que os indicadores se refiram, tanto quanto possível, aos grupos sociais de interesse ou população-alvo dos programas. Isto é, deve ser possível construir indicadores sociais referidos a espaços geográficos reduzidos, grupos sociodemográficos (crianças, idosos, homens, mulheres etc.) ou grupos vulneráveis específicos (famílias pobres, desempregados, analfabetos etc.). Contudo, não se pode esperar que seja possível produzir estatísticas sociais com a frequência e representatividade amostral necessária a todos interesses e programas, devido às dificuldades metodológicas, falta de recursos e outros tantos fatores. Necessitando-se, por exemplo, de estatísticas anuais de provimento de serviços urbanos em escala municipal pelo país afora, não há como evitar o uso dos dados de confiabilidade muito variável provenientes de prefeituras e concessionárias públicas, já que este tipo de dado para esta escala geográfica só é levantado normalmente nos Censos Demográficos, de dez em dez anos. Em outro caso, necessitando-se de informações sobre a dinâmica conjuntural do mercado de trabalho micro-regional, afora das grandes Regiões Metropolitanas do país, no período inter-censitário, não há alternativa senão o uso de indicadores construídos a partir dos registros do Ministério do Trabalho, que refletem apenas os movimentos ocorridos no mercado formal.

O que se denominou de historicidade de um indicador é a propriedade de se dispor de séries históricas extensas e comparáveis do mesmo, de modo a poder cotejar o valor presente com situações do passado, inferir tendências e avaliar efeitos de eventuais políticas sociais implementadas. Naturalmente, o ideal é que as cifras passadas sejam compatíveis do ponto de vista conceitual e com confiabilidade similar. Mas mesmo em situações em que isso não é possível, as tendências passadas podem dar indicações úteis para interpretação das cifras atuais dos indicadores.

Em uma perspectiva aplicada, dadas as características do Sistema de Produção de Estatísticas Públicas no país, é muito raro dispor de indicadores sociais que gozem plenamente de todas estas propriedades, cabendo ao analista avaliar os trade-offs do uso das diferentes medidas passíveis de serem construídas. Esta operação de seleção de indicadores é uma tarefa delicada pois não existe uma teoria formal que permita orientá-la com estrita objetividade. Em tese, em primeiro lugar, é preciso garantir que existe, de fato, uma relação recíproca entre indicando (conceito) e os indicadores propostos. Isto é, é fundamental garantir a validade dos indicadores usados. Em segundo lugar, é preciso certificar-se da confiabilidade para as cifras calculadas. Intelligibilidade é outra propriedade importante, para garantir a transparência das decisões tomadas em bases técnicas.

Na prática, nem sempre o indicador de maior validade é o mais confiável; nem sempre o mais confiável é o mais inteligível; nem sempre o mais claro é o mais sensível; enfim, nem sempre o indicador que reúne todas essas qualidades é passível de ser obtido na escala espacial e periodicidade requerida. Além disso, poucas vezes se poderá dispor de séries históricas plenamente compatíveis de indicadores para a escala geográfica ou grupo social de interesse.

A legitimidade social do indicador, isto é, sua aceitação como insumo informacional relevante no debate político pelos diversos agentes e grupos de interesse, depende certamente do grau de aderência do mesmo às propriedades aqui assinaladas. Mas é fato que o elenco de indicadores sociais disponíveis está limitado, a priori, pelas características e disponibilidade das estatísticas sociais e demográficas levantadas.

Questão 2: as forças do livre-mercado são capazes de promover o desenvolvimento sustentável. Avalie criticamente essa afirmação com base em Sachs (2000).

das forças do mercado. Os mercados são por demais míopes para transcender os curtos prazos (Deepak Nayyar) e cegos para quaisquer considerações que não sejam lucros e a eficiência smithiana de alocação de recursos. Em um excelente livro sobre as virtudes e limitações dos mercados,<sup>7</sup> Robert Kuttner demonstrou que a eficiência smithiana raramente anda

junto com a eficiência keynesiana, direcionada para a plena utilização do potencial de produção, e a eficiência schumpeteriana relativa à inovação tecnológica. Se agregarmos a estas três a ecoeficiência, a busca simultânea para uma quarta solicitação de extensiva regulamentação do mercado irá requerer algum tipo de intervenção e planejamento por parte do Estado. Ainda assim, a revolução ambiental coincidiu com a contra-revolução neoliberal e o ressurgimento do mito do *laissez-faire*.

O livro de Kuttner é valioso porque mostra que *nem tudo está à venda*, ao mesmo tempo em que procura um equilíbrio entre o mercado, o Estado e a sociedade civil, considerando as instituições externas ao mercado como necessárias para fiscalizar e corrigir os seus excessos e deficiências. Creio que ele define as perspectivas corretas para o redimensionamento das economias mistas e, ao mesmo tempo, para a reabilitação do planejamento, uma ferramenta indispensável para projetar e promover estratégias de desenvolvimento sustentável.

Subsídios bem dimensionados podem ter um importante papel na promoção de padrões de aproveitamento de recursos sustentáveis. No momento, entretanto, a maior parte dos

Os complexos assuntos referentes à gestão dos “bens internacionais” e outros itens do “patrimônio comum da humanidade” merecem uma alta prioridade. Para muitos de nós, deve ser evitada a atribuição de valores comerciais a esses recursos, assim como o escopo de *res communis* deve ser ampliado para incluir os grandes blocos do conhecimento tecnológico. Os acordos recentes sobre propriedade intelectual têm caminhado no sentido contrário, constituindo, conseqüentemente, severo retrocesso para os países em desenvolvimento. Por outro lado, alguns neoliberais chegam ao ponto de propor a liberação da mão invisível do mercado, privatizando todo o capital da natureza e dos serviços do ecossistema para então usá-lo como garantia para a emissão de títulos, numa espécie de *curral global*.<sup>9</sup> Provavelmente, essa loucura foi incentivada pela recente e totalmente inverossímil tentativa de atribuir valor aos serviços do ecossistema mundial e ao capital da natureza.<sup>10</sup> Esperamos que isso não vingue.

### ***Para além da economia ecológica***

Para concluir, faz-se necessário algumas palavras sobre a ciência sombria. Mais do que nunca, precisamos retornar à *economia política*, que é diferente da economia, e a um planejamento flexível negociado e contratual, simultaneamente aberto para as preocupações ambientais e sociais. É necessária uma combinação viável entre economia e ecologia, pois as ciências naturais podem descrever o que é preciso para um mundo sustentável, mas compete às ciências sociais a articulação das estratégias de transição rumo a este caminho.<sup>13</sup> Assim, confesso que tive algumas dificuldades

Questão 3: a partir de Castells e Borja (1996), discorra sobre o processo de emergência das cidades como atores políticos na América Latina.

da possibilidade de estímulo de grandes projetos de cidade que contem com uma participação ativa dos principais agentes públicos e privados e conquistem um amplo consenso público.

Recentemente, vimos como, no processo de concepção, alguns destes grandes projetos evoluíram de um delineamento setorial e administrativo para uma proposta global de desenvolvimento urbano pactuado. Temos assim alguns dos grandes projetos infra-estruturais viários em Bogotá (Perimetral ou via periférica de 47 Km, proposta de metrô e sistema integrado de transporte de massa) ou a proposta da candidatura olímpica do Rio de Janeiro para o ano 2004 (que tem impacto em seis grandes áreas urbanas).

As cidades latino-americanas expressaram também a vontade de definir projetos de desenvolvimento negociado entre elas, de defender conjuntamente os princípios da descentralização política e a autonomia local e de participar na construção das instituições supranacionais de âmbito regional ou continental. Sem alcançar o nível associativo e a multiplicidade de redes existentes na Europa (Conselho de Municípios e Regiões da Europa, Eurocidades etc.), podemos destacar algumas iniciativas recentes como a criação das Mercocidades (ou cidades do Mercosul), a consolidação da UCCI (União das Cidades Capitais Ibero-americanas) ou as propostas de coordenação de projetos entre cidades destinadas a constituir eixos ou sistemas urbanos (como o eixo Valparaíso—Santiago—Mendoza—Córdoba—Rosário—Assunção—São Paulo). Neste contexto, o movimento associativo municipalista viu-se vitalizado tanto no nível nacional como no continental (Rede Latino-americana de Associações de Municípios — IULA), assim como no que se refere à cooperação entre as cidades latino-americanas e as da América do Norte e da Europa (mediante, por exemplo, associações como Cidades Unidas Desenvolvimento — Federação Mundial).

Questão 4: Maricato (2001) destaca o movimento de construção de cidade para encontrar respostas ao “viver no urbano”, isto é, para encontrar soluções no âmbito das políticas públicas e ou pela própria população (de modo improvisado ou não) às necessidades de “trabalho, abastecimento, transporte, saúde, energia, água etc” (Maricato, 2001, p. 15). A autora afirma que no Brasil, “o processo de urbanização recria o atraso através de novas formas, como contraponto à dinâmica de modernização” (Maricato, 2001, p. 15).

**Discuta essa afirmação e apresente os principais marcos sócio-econômicos e das políticas públicas que Maricato (2001) destaca no processo de “urbanização da sociedade brasileira”.**

Gabarito:

Capítulo 1 do livro MARICATO, E.. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. São Paulo: Vozes, 2001.

### **Introdução**

A urbanização da sociedade brasileira tem constituído, sem dúvida, um caminho para a modernização mas, ao mesmo tempo, tem contrariado aqueles que esperavam ver, nesse processo, a superação do Brasil arcaico, que, muitos supunham, estava vinculado à hegemonia da economia agroexportadora. O processo de urbanização recria o atraso através de novas formas, como contraponto à dinâmica de modernização.

As características do Brasil urbano impõem tarefas desafiadoras, e os arquitetos e planejadores urbanos não têm conhecimento acumulado nem experiência para lidar com elas. A dimensão da tragédia urbana brasileira está a exigir o desenvolvimento de respostas que, acreditamos, devem partir do conhecimento da realidade empírica respaldado pelas informações científicas sobre o ambiente construído para evitar a formulação das “ideias fora do lugar” tão características do planejamento urbano no Brasil (MARICATO, 2000).

O objetivo deste texto é contribuir para um maior conhecimento da realidade brasileira e para o desmonte das construções ideológicas presentes tanto nas representações sobre as nossas cidades quanto nos planos mágicos que nos propõem outros saltos para o fu-

ção da função social da propriedade. Essa era a proposta da reforma urbana preconizada pelos arquitetos no Congresso do IAB de 1963. A atividade produtiva imobiliária nas cidades brasileiras não subjugou as atividades especulativas, como ocorreu nos países centrais do capitalismo. Para a maior parte da população que buscava moradia nas cidades o mercado não se abriu. O acesso das classes médias e altas foi priorizado.

Por outro lado, as iniciativas de promoção pública, os conhecidos conjuntos habitacionais populares, também não enfrentaram a questão fundiária urbana como bem mostra Silva em sua tese de doutorado (SILVA, 1998). Os governos municipais e estaduais desviaram sua atenção dos vazios urbanos (que, como se sabe, se valorizam com os investimentos públicos e privados feitos nos arredores) para jogar a população em áreas completamente inadequadas ao desenvolvimento urbano racional, penalizando seus moradores e também todos os contribuintes que tiveram que arcar com a extensão da infraestrutura (MARICATO, 1987).

O SFH alimentou também a extensão das obras (ou megaobras) de saneamento – particularmente a extensão do serviço de água tratada, ao mesmo tempo em que as obras viárias locais e regionais foram custeadas, principalmente pelos orçamentos estaduais e municipais. Na segunda metade dos anos 70, as atividades ligadas à construção civil ajudaram a manter o significativo crescimento do PIB, que já dava sinais de desaceleração (cf. MARICATO, 1987).

Enquanto o crescimento econômico se manteve acelerado o modelo “funcionou” criando uma nova classe média urbana, mas mantendo grandes contingentes sem acesso a direitos sociais e civis básicos: legislação trabalhista, previdência social, moradia e saneamento, entre outros. A recessão que se seguiu nos anos 80 e 90, quando as taxas de crescimento demográfico superaram as do crescimento do PIB, fazendo com que a evo-

lução do PIB *per capita* fosse negativa na década de 1990, trouxe um forte impacto social e ambiental, ampliado no universo de desigualdade social.

Nessas décadas, conhecidas como “décadas perdidas”, a concentração da pobreza é urbana? Pela primeira vez em sua história, o Brasil tem multidões que assumem números inéditos, concentradas em vastas regiões – morros, alagados, várzeas ou mesmo planícies – marcadas pela pobreza homogênea. Segundo o estudo do IPEA, 33% dos pobres brasileiros se concentram no Sudeste, predominantemente nas metrópoles. Nos anos 80 a sociedade brasileira conheceu também, pela primeira vez, um fenômeno que ficaria conhecido como violência urbana: o início de uma escalada de crescimento do número de homicídios, sem precedentes na história do país.

As décadas perdidas não são as únicas a registrar as origens do que podemos chamar de tragédia urbana brasileira – enchentes, desmoronamentos, poluição dos recursos hídricos, poluição do ar, impermeabilização da superfície do solo, desmatamento, congestionamento habitacional, reincidência de epidemias, violência etc. O crescimento urbano sempre se deu com exclusão social, desde a emergência do trabalhador livre na sociedade brasileira, que é quando as cidades tendem a ganhar nova dimensão e tem início o problema da habitação. Quando o trabalho se torna mercadoria, a reprodução do trabalhador deveria, sucessivamente, se dar pelo mercado. Mas isso não aconteceu no começo do século XX, como não acontece até o seu final. Como previu Joaquim Nabuco, o peso do escravismo estaria presente, na sociedade brasileira, muito após sua abolição. Não só grande parte dos trabalhadores

2. Estamos classificando as duas décadas – 1980 e 1990 – como “perdidas” baseados em: nos anos 80, especialmente no declínio econômico; nos anos 90, no impacto social do desemprego e no crescimento econômico errático, entre outras variáveis.



atua fora do mercado formal como, mesmo aqueles regularmente empregados na moderna indústria fordista, apelam para expedientes de subsistência para se prover de moradia na cidade. Isso significa que grande parte da população, inclusive parte daquela regularmente empregada, constrói sua própria casa em áreas irregulares ou simplesmente invadidas. Isto é, ela não participa do mercado hegemônico.

O modo de vida da maior parte da população urbana, ao evidenciar a convivência dos bens modernos e até mesmo do automóvel particular (de segunda ou terceira mão) com o ambiente de um casebre cuja construção parece remontar a uma era pré-moderna, nos leva à conclusão de que não dá para dissociar esse urbano e essa moradia dessa sociedade, desse modelo de industrialização e desenvolvimento<sup>3</sup>.

A tragédia urbana brasileira não é produto das décadas perdidas, portanto. Tem suas raízes muito firmes em cinco séculos de formação da sociedade brasileira, em especial a partir da privatização da terra (1850) e da emergência do trabalho livre (1888).

Uma vasta bibliografia trata da característica espacialmente concentradora da urbanização no Brasil bem como em toda a América Latina. O inchamento das cidades que não desenvolveram suficientemente sua capacidade produtiva para atender com emprego a população imigrante que acaba relegada ao terciário informal, a “desarticulação da rede urbana” com a formação de megapólos “desproporcionalmente grandes”, o “tecido urbano truncado” são teses e conceitos que não disfarçam a matriz em relação à qual o desvio é apontado

---

3. Cf., a esse respeito, o relatório de pesquisa “A apoteose dos contrastes”, de Telmo Pamplona, Yvonne Mautner e Erminia Maricato sobre o consumo de objetos e a moradia em favelas, cortiços e loteamentos ilegais de São Paulo. Fauusp, 2000.

Nas “décadas perdidas”, o Brasil sofre o impacto da reestruturação produtiva internacional que atingiu os países capitalistas centrais no início dos anos 70. O impacto dos ajustes de inspiração neoliberal em sociedades como as latino-americanas tem consequências bem mais dramáticas do que nos países centrais, pois se dá sobre uma base estrutural e historicamente desigual, onde o *welfare state* permitiu apenas o acesso restrito de direitos; onde o pleno emprego não passou de promessa; onde a previdência social alcançou apenas uma parte da sociedade; onde a cidadania se exerceu, enfim, de forma restrita.

Nas décadas de 1980 e 1990 a concentração de renda se aprofundou, como mostra a tabela abaixo.

#### Distribuição de renda – Brasil 81/95

<b>1981</b>	
50% mais pobres	..... 14,5% renda
10% mais ricos	..... 44,9% renda
1% mais ricos	..... 13,4% renda
<b>1995</b>	
50% mais pobres	..... 13,3% renda
10% mais ricos	..... 47,1% renda
1% mais ricos	..... 14,4% renda

Fonte: Dieese.

Essa desigualdade não surge simplesmente da reestruturação produtiva e do recuo das políticas sociais como sucede em muitos países centrais. Trata-se do aprofundamento da desigualdade numa sociedade histórica e tradicionalmente desigual. Paulo Arantes discorre sobre o uso do adjetivo brasilianização para caracterizar a fratura social em sociedades capitalistas centrais (ARANTES, 2000). Nossas características nos tornaram modelo internacional exemplar de desigualdade social. Nas décadas de 1980 e 90, aumentou no Brasil, como em quase todo o mundo (excetuando os EUA, nos anos 90), o desemprego, as relações informais de trabalho e a pobreza nas áreas urbanas. Mas é bastante diferente iniciar o processo de reestruturação

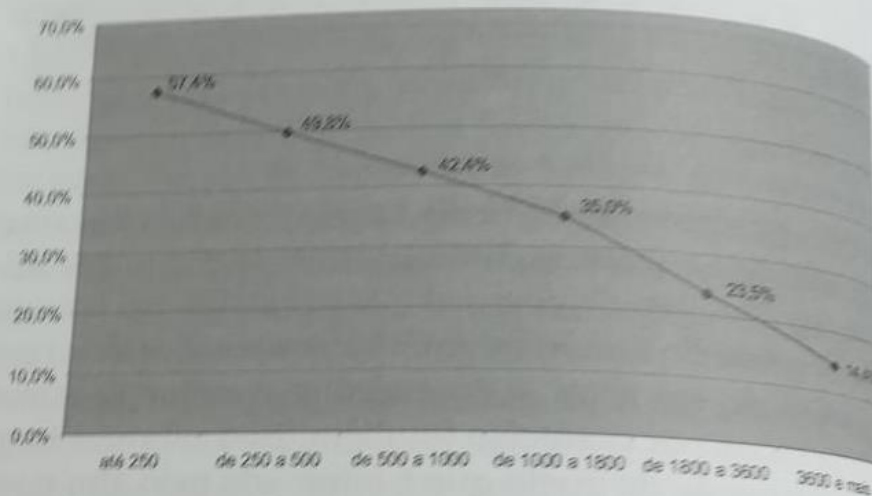
produtiva a partir de uma base de pleno emprego ou de direitos universais relativamente extensivos ou de uma base na qual os direitos são privilégio de alguns.

Um dos indicadores mais expressivos e definitivos da piora nas condições de vida urbana é o aumento da violência a taxas antes nunca vividas pelas metrópoles brasileiras. A taxa nacional de homicídios (número de homicídios para cada 100 mil habitantes) no final dos anos 90 é de 24,10, mas em São Paulo e Rio de Janeiro ela é mais do que o dobro. A de São Paulo era de 59 e a do Rio de Janeiro de 56, em 1998. O aumento da violência está relacionado de maneira intrínseca às metrópoles. É a principal causa de morte de homens com idades entre 10 e 38 anos e já começa a afetar a expectativa de vida ao nascer da população masculina brasileira (Seade – SP). A esperança de vida ao nascer no Rio de Janeiro sempre foi maior do que na região nordestina mas a quantidade de mortes por assassinato no Rio faz com que ambos os índices se aproximem: entre 1990 e 1995 a expectativa de vida de um homem brasileiro médio foi de 63,61 anos; no Nordeste foi de 61,16 e no Rio de Janeiro foi de 61,51 anos (SIMÕES, 2000).

Esses fatos são muito recentes na história do Brasil. A violência social sempre foi característica das zonas rurais, consideradas atrasadas diante do universo urbano, que se pretende moderno. Dadas suas dimensões, trata-se de um fenômeno inédito na sociedade brasileira e desconhecido anteriormente aos anos 80. É justamente no início dessa década que ele ganha expressão significativa, coincidindo com o primeiro impacto recessivo das décadas perdidas, o que levou o país a mergulhar no desemprego. Para melhor entendê-lo, vamos particularizar os dados enfocando a metrópole de São Paulo. Essa escolha se deve à disponibilidade de dados, bem sempre disponíveis em outras metrópoles brasileiras. Em alguma delas o registro de mortes em conflitos é subdimensionado e raramente o local dos homicídios é registrado da forma como faz o PRO-AIM, organismo da

feitas a pé. Isto quer dizer que, com exceção dos moradores dos cortiços em áreas centrais, os bairros de pior mobilidade são dos moradores de baixa renda, situados na periferia longínqua. Nos bairros de boa qualidade ambiental e urbana, bem servidos de equipamentos e serviços, há menos viagens a pé do que nos bairros que não apresentam essas vantagens.

**Porcentagem de viagens a pé por faixa de renda média familiar (1997)**



Fonte: Metrô de São Paulo. Renda: Em reais de outubro de 1967.

Concentração territorial homogênea pobre (ou segregação espacial), ociosidade e ausência de atividades culturais e esportivas, ausência de regulação social e ambiental, precariedade urbanística, mobilidade restrita ao bairro, e, além dessas características todas, o desemprego crescente que, entre outras consequências, tende a desorganizar núcleos familiares e enfraquecer a autoridade dos pais, essa é a fórmula das bombas socioecológicas. É impossível dissociar o território das condições socioeconômicas e da violência.

idades brasileiras. A falta de rigor nos dados, que mostra o pouco interesse no conhecimento do tema, já é, por si, reveladora.

O processo de urbanização se apresenta como uma máquina de produzir favelas e agredir o meio ambiente. O número de imóveis ilegais na maior parte das grandes cidades é tão grande que, inspirados na interpretação de Arantes e Schwarz sobre Brecht, podemos repetir que “a regra se tornou exceção e a exceção regra”. A cidade legal (cuja produção é hegemônica e capitalista) caminha para ser, cada vez mais, espaço da minoria.

O direito à invasão é até admitido, mas não o direito à cidade. A ausência do controle urbanístico (fiscalização das construções e do uso/ocupação do solo) ou flexibilização radical da regulação nas periferias convive com a relativa “flexibilidade”, dada pela pequena corrupção, na cidade legal. Legislação urbana detalhista e abundante, aplicação discriminatória da lei, gigantesca ilegalidade e predação ambiental constituem um círculo que se fecha em si mesmo.

Mas de todas as mazelas decorrentes desse processo de urbanização, no qual uma parte da população está excluída do mercado residencial privado legal e da produção formal da cidade, uma das mais graves talvez possa ser identificada na área de saneamento.

Uma bem-sucedida política de expansão do acesso à rede de água tratada transformou positivamente, como vimos anteriormente, os números relativos à mortalidade infantil. Mas na década de 1980 e especialmente nos anos 90, houve um recuo nos investimentos em saneamento, quando o ciclo indispensável para universalizar o atendimento da população com água tratada não foi atingido e menos ainda o adequado destino do esgoto. Em 1998, 55% dos domicílios no país não tinham acesso a água potável. Destes, 11,4%